

GEOGRAFIA AGRÁRIA DO FUNDAMENTAL II: VIVÊNCIA DIDÁTICA NO ENSINO REMOTO

Alexsandro de Oliveira Silva¹

Andrecksa Viana Oliveira Sampaio²

RESUMO:

Este artigo foi produzido como resultado da prática docente e das discussões sobre ensino de Geografia, sobretudo na educação Básica, ocorridas no Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia (GRUPEG), vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo deste trabalho é relatar vivências didáticas experimentadas no ensino remoto por conta do contexto pandêmico provocado pela COVID-19, com a participação de 28 alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II, em uma escola particular do município de Vitória da Conquista – BA. As três aulas utilizadas para o desenvolvimento das atividades foram síncronas (2 aulas) e assíncrona (1 aula). A atividade, mesmo sendo experienciada no ambiente remoto não sofreu nenhum tipo de interferência e dificuldade, considerando que tanto o professor quanto os estudantes dispunham dos meios materiais necessários para a execução da atividade. Por ter sido ministrada numa escola particular é necessário fazer ressalvas para o contexto de escola pública, onde o professor lidará com um público sujeito a relações sociais distintas e com faixas de renda estratificadas e o desafiará a buscar meios tecnológicos mais acessíveis. Desse modo, certamente verá resultados distintos dessa experiência didática.

Palavras-Chave: Geografia Agrária. Ensino de Geografia. Ensino Remoto

Introdução

As discussões envolvendo o ensino de Geografia, sobretudo na Educação Básica, tem gerado diversos estudos acerca das áreas do conhecimento dessa ciência e disciplina escolar, bem como tem possibilitado a reflexão para que novas formas de ensinar sejam identificadas e possibilitem uma aprendizagem cada vez mais significativa e integrada com a realidade social que envolve a comunidade escolar.

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Vitória da Conquista – Bahia – Brasil e-mail: alexgeisa@yahoo.com.br

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Vitória da Conquista – Bahia – Brasil e-mail: andrecksa.oliveira@uesb.edu.br

Este artigo foi produzido como resultado da prática docente e das discussões que têm ocorrido no Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia (GRUPEG), vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Isso tem despertado para a busca de formas inovadoras de ensinar Geografia e que produzam aprendizagens com mais significados.

O objetivo deste texto é relatar vivências didáticas experimentadas no ensino remoto, provocado pela pandemia do COVID-19¹ que inviabilizou as aulas presenciais no Estado da Bahia desde março de 2020. A experiência se deu com turmas do sétimo ano do Fundamental II, numa escola particular localizada no município de Vitória da Conquista – Bahia.

A Geografia, como componente curricular está imbricada com as relações sociais que ocorrem no espaço-tempo e visa explicar o mundo que vivemos e compreender a produção do espaço geográfico. Para Callai (2011) trata-se de uma “disciplina” formativa e que instrumentaliza o estudante para o exercício da cidadania por analisar as questões sociais em consonância com a “visão espacial”. Os professores podem possibilitar a produção de saberes condizentes com o cenário real vivenciado pelos estudantes de forma engajada, questionadora e crítica. Callai aponta que:

As aulas devem ser de forma que os alunos possam desafiar, engajar-se e questionar o que lhes é proposto, a partir da forma e da substância do processo de aprendizagem. [...] Os alunos devem aprender a pensar criticamente, a ir além das interpretações literais e dos modos fragmentados de raciocínio. (CALLAI, 2011, p. 145-146)

Dessa forma, o professor de Geografia pode agir de forma assertiva em sala de aula, ao tratar de diversos temas imprescindíveis para esse componente curricular, como: a questão agrária brasileira; os sistemas agrícolas e a estrutura fundiária; as relações de trabalho no campo; a concentração de terras; tensões entre o agronegócio e agricultura familiar, assim como dos movimentos sociais de luta pela terra, bem como os temas que envolvem o papel do Estado na questão agrária, sobre as relações entre a cidade e o campo, e desenvolver os conceitos de agrário, rural e agrícola.

Um aspecto importante que dificulta a abordagem agrária no ensino de Geografia é o fato de que boa parte dos estudantes possuem somente o livro didático como fonte de consulta para a construção de novos saberes e mesmo assim tal material nem sempre atende às demandas

¹ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). O primeiro óbito no Brasil ocorreu no dia 12 de março de 2020 e durante a escrita deste artigo os mortos passam de 488 mil.



da formação escolar, como percebe-se na análise realizada por Silva & Benedicts (2020) de alguns livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), dos quais apresentam distinções metodológicas, tendo em vista que há obras que prestigiam uma análise crítica dos fenômenos sociais relacionados ao tema agrário e outras publicações de abordagem positivista que apontam dados agrícolas, mas não discutem a realidade dos fatos sociais.

Silva & Benedicts (2020) ainda apontam que não há padrão na quantidade dos conteúdos da Geografia Agrária, tendo uma variação entre 2 e 5 capítulos nas obras analisadas. Destacam mudanças teóricas encontradas em coleções mais recentes do PNLD do período de 2012-2020 e que há professores descontentes com a forma que esse componente tem sido tratado, pois, “No que se refere à abordagem dos conteúdos de Geografia Agrária nos livros didáticos, os professores, em sua maioria, estão insatisfeitos com a organização dos conteúdos adotados por esses materiais” (TAVARES, 2015, p. 7). E por isso cabe aos professores criarem estratégias didáticas que desenvolvam os conceitos geográficos e o senso crítico para analisar a produção do espaço geográfico.

No ensino fundamental, o professor de Geografia terá a oportunidade de ministrar conteúdos relacionados ao espaço agrário por meio de algumas habilidades destacadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a saber:

(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da **agropecuária** e do processo de industrialização; (EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos **produtos agrícolas** e industrializados [...]; (EF09GE12) Relacionar o processo de urbanização às transformações da produção **agropecuária**, à expansão do desemprego estrutural e ao papel crescente do capital financeiro em diferentes países, com destaque para o Brasil; (EF09GE13) Analisar a importância da produção **agropecuária** na sociedade urbano-industrial ante o problema da desigualdade mundial de acesso aos recursos alimentares e à matéria-prima. (BRASIL, 2018, grifo nosso).

A menção das palavras agropecuária e agrícolas não garantem que esses conceitos serão abordados numa perspectiva crítica e vinculada com os dilemas agrários vivenciados no Brasil. Ao mesmo tempo que se percebe a ausência da temática agrária dentre as habilidades a serem desenvolvidas no sétimo ano desse nível escolar, o que pode ser intencional, considerando que é nesse ano que se trata especificamente da Geografia do Brasil, e caso o professor passe

desapercebido ou se não for um tema de seu domínio teórico, certamente a questão agrária ficará de fora das discussões mais específicas que envolvem o espaço agrário brasileiro.

O Ensino Remoto Emergencial

A autorização para uso do ensino remoto durante a pandemia foi aprovada pela Medida Provisória nº 934 de 1º de abril de 2020, que estabeleceu normas que deveriam ser adotadas no ano letivo de 2020, devido às medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19. Essa medida foi posteriormente convertida com alteração na Lei 14.040 de 18 de agosto de 2020 e através dela outras medidas foram implementadas, tanto em nível federal, como nos estados e municípios.

A lei supracitada aponta em seu parágrafo 4º que: “A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais”. E no que tange ao Ensino Fundamental, o artigo segundo desse parágrafo diz que essas atividades devem estar “vinculadas aos conteúdos curriculares de cada etapa e modalidade, inclusive por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação”.

Conforme Médici *et al* (2020), por se tratar de um contexto pandêmico que não tem prazo definido para acabar, a sociedade precisou buscar uma nova forma de organização em todos os aspectos, inclusive no campo educacional, buscando meios para atender as novas demandas.

O ensino remoto emergencial foi adotado em várias partes do mundo para minimizar os impactos sobre a educação e garantir condições mínimas de aprendizagem durante a pandemia. No caso brasileiro, o ensino remoto foi implementado sob os desafios das condições materiais insuficientes de professores e estudantes de escolas públicas e privadas, seja pela falta de equipamentos e ambiente adequado para ensino e estudos, bem como da disparidade no acesso à internet de qualidade, realidade prevalente em boa parte do território nacional.

Adequações precisaram ser feitas na escola, na prática pedagógica com o uso de novas mediações didáticas e de tecnologias de informação e nos ambientes virtuais de ensinar e aprender, para que houvesse as condições básicas ao fazer educativo. Face a essas experiências

marcantes e pelo acompanhamento cotidiano dos estudantes, surgiu a necessidade de relatar uma dessas vivências.

As aulas com o sétimo ano ocorreram três vezes por semana, sendo que duas dessas aulas foram síncronas e uma ocorreu no modelo assíncrono. As aulas síncronas foram transmitidas por meio do aplicativo *Google Meet*, ferramenta disponível no *G Suite*, que liberou acesso gratuito durante a pandemia e que dispõe da versão paga que possui mais ferramentas que podem ser acessadas durante o uso. O momento assíncrono foi caracterizado por atividade em que estudante realizou sozinho ou com o mínimo de interferência do professor. O *Google Meet* permite a visualização em tempo real entre professor e aluno, bem como possibilita a interação síncrona das falas, seja por meio do *chat* ou do uso do microfone disponível no computador, *tablet* ou até mesmo celular.

Relatos de Experiência

O conteúdo ministrado durante a vivência didática, foi o espaço agrário brasileiro e para ministração dessa temática, foi traçado o seguinte objetivo geral: realizar conexões entre a produção de alimentos da agricultura familiar e do agronegócio brasileiro. Após esclarecer para os alunos sobre a proposta da aula, foi solicitado que escolhessem uma das duas modalidades (agricultura familiar e prática do agronegócio) e fizessem um esquema com argumentos de defesa.

Em seguida os alunos tiveram 15 minutos para fazerem a leitura do material referente ao tema escolhido e destacarem os conceitos principais encontrados no texto. A seguir os estudantes foram orientados a escreverem seus argumentos na plataforma utilizada pela escola. Por conta do tempo, foi dito aos alunos que na aula do dia seguinte seria realizada uma “roda” de conversa entre as duas equipes, para que apresentassem seus argumentos sobre a modalidade escolhida.

Dos 28 alunos participantes, 10 escolheram a temática do agronegócio e 18 optaram pelo tema da agricultura familiar, sendo que duas das respostas foram descartadas, uma por fugir do enunciado proposto e a outra resposta descartada por conta da identificação de plágio. A síntese das respostas dadas pelos alunos pode ser vista no quadro 1, subdividido em conceitos recorrentes (aqueles que mais apareceram nas respostas dos estudantes) e as definições atribuídas (as explicações dadas para cada conceito mencionado).

**Quadro 1**– Principais definições atribuídas aos conceitos de agronegócio e agricultura familiar

CONCEITOS RECORRENTES	DEFINIÇÕES ATRIBUÍDAS
AGRONEGÓCIO	
Agronegócio	Surgiu com o processo de modernização da agricultura e do Complexo Agroindustrial (CAI); Corresponde à junção de diversas atividades produtivas; Rede de negócios que integra as atividades econômicas organizadas de fabricação e fornecimento de insumos, produção etc. É a parte comercial da agricultura
Modernização	Evolução do processo de modernização da agricultura; Movimenta a tecnologia, pois propriedades brasileiras estão cada vez mais aparelhadas e conectadas fazendo uso de aplicativos e até drones.
Produção	Existem muitos produtos do agronegócio aqui no Brasil os que mais se destacam são cana de açúcar, grãos, algodão, frutas tropicais, carne bovina e aves; Causam menos danos ao solo e a água, fertilizantes, defensivos não são desperdiçados
AGRICULTURA FAMILIAR	
Familiar	A agricultura familiar é uma atividade de produção agrícola em pequenas propriedades, onde se utiliza predominantemente a mão de obra da própria família nas atividades do estabelecimento; É essencial para a segurança alimentar no Brasil, pois além de fornecer a maioria dos alimentos; É feita de forma natural sem nenhum ou pouco uso de produtos químicos nos produtos cultivados, sendo mais sustentável que outros modelos; Importante para o mercado interno; Preserva tradições e hábitos locais;
Produtividade	A Agricultura Familiar é a fonte de renda de mais de 70% dos brasileiros no campo; Enfrenta dificuldade na obtenção de crédito para investir na produção; Baixo custo na produção; Grande percentual de abastecimento do mercado interno, mesmo produzindo numa área muito menor e com menos tecnologia.
Empregos	Eu defendo a agricultura familiar pois além de ser muito mais sustentável ela gera muito mais empregos; Tem quase 3x mais trabalhadores do que a agricultura comercial; Gera empregos e diminui a pressão social no campo

Fonte: Elaboração do autor (2021)

Resultados e Discussões

As informações listadas no quadro 1 correspondem à uma síntese das discussões que foram realizadas pelos estudantes durante a apresentação dos argumentos em defesa de cada uma das modalidades da atividade agrícola. Os primeiros alunos a apresentarem seus argumentos foram os que escolheram o tema do agronegócio, a modalidade menos escolhida pelos alunos. As falas dos estudantes foram no sentido de demonstrar que o agronegócio é mais moderno e que trouxe evolução para a produção agrícola. “Atualmente o agronegócio está sendo encontrado como o maior negócio da economia brasileira, sendo uma das principais locomotivas do progresso do país”. (Informação Verbal em discussão informal na aula síncrona do dia 28/05/2021)

Nesse ponto cabe ao professor apontar as contradições que envolvem esse modo produtivo, sobretudo quanto a apropriação e uso da terra no Brasil, que tem um processo histórico e problemas estruturais que não ocorrem sem a anuência dos poderes constituídos. É possível perceber isso em Mielitz (2013), quando o mesmo fala do passado colonial, da subordinação brasileira à economia mundial e das ações da elite econômica que domina historicamente o Brasil, as quais segundo o mesmo autor:

[...] produzindo desigualdades e iniquidades sociais, econômicas, culturais e políticas, com impactos importantes na distribuição de direitos básicos como saúde, educação, habitação, mobilidade espacial e proteção contra as distintas formas de violência e de preconceitos, inclusive aquelas perpetradas por agentes do próprio Estado. (MIELITZ, 2013, p.7)

Esse construto social põe a instituição escolar diante de uma questão importante: qual deve ser a participação da escola na formação de cidadãos críticos para a construção de um tipo de sociedade mais igualitária e que tenha acesso aos mecanismos que proporcionem uma verdadeira reforma agrária? Diante disso, Silva afirma:

A abordagem da questão agrária na geografia escolar é imprescindível, uma vez que grande parte dos problemas sociais brasileiros remonta ao processo de colonização, o qual trouxe consigo um dos maiores dilemas atuais: a concentração fundiária agravada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo (SILVA, 2013, p. 95)

Como pode ser constatado na citação, percebe-se que é de suma importância a abordagem do processo histórico que envolve a questão da terra no Brasil. De acordo com o Brasil (2019) há 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários do país são classificados como Agricultura familiar, isso corresponde à 77% da totalidade. Apesar do número expressivo, trata-

se de apenas 23% de toda a área disponível para essa atividade econômica. Ou seja, o agronegócio se dá no ambiente dos grandes estabelecimentos. Melo ressalta:

A grande desigualdade social e a concentração de renda, também são frutos da estrutura fundiária brasileira e do modelo econômico adotado para a agricultura, baseado no agronegócio e suas monoculturas, voltadas para a exportação com baixa geração de empregos no campo, devido ao alto índice de mecanização das lavouras. (MELO, 2016, p.84).

Diante desses dados é necessária a crítica ao agronegócio, que é um sistema de produção concentrador e que beneficia bem menos pessoas. O que não se percebe na fala de um dos alunos participantes, quando diz que: “o mercado do agronegócio é robusto, e o setor contribui de forma bastante significativa para a economia do país, pois garante não só o abastecimento interno como também um volume importante nas exportações”. (Informação Verbal²)

É de suma importância para a formação crítica estudantil com uma abordagem que contemple a análise do espaço rural brasileiro e as relações com a dinâmica global. Um dos conceitos que precisam ser construídos com o estudante é a diferenciação de espaço rural para além da questão agrária. “Mas é importante que não se confunda campo com natureza. O campo é obra secular dos homens: ele é cultivado, artificializado”. (MARQUES, 2002, p. 103)

A segunda equipe escolheu a agricultura familiar, ao abordarem as questões que envolvem essa modalidade, predominou os aspectos que envolvem a atividade feita no âmbito familiar que é indispensável para a segurança alimentar do brasileiro. Sendo uma atividade mais vinculada à sustentabilidade e que respeita o meio ambiente com o uso reduzido de agrotóxico. O alto índice de empregabilidade e a preservação das tradições e hábitos locais também tiveram importante ocorrências nas falas e na escrita das respostas:

Há uso sustentável dos recursos naturais, o que diminui os danos causados ao meio ambiente. Levando em conta o número de estabelecimentos rurais a agricultura familiar emprega quase o triplo de trabalhadores do que a agricultura comercial. A agricultura familiar preserva as tradições e hábitos locais. Ela responde por grande parcela da produção de alimentos no Brasil. (Informação Verbal³)

² Discussão informal na aula síncrona do dia 28/05/2021

³ idem

A abordagem desse tipo de assunto na Geografia escolar não pode reproduzir a imagem do campo com a mesma perspectiva que o capitalismo aponta, como um lugar de lentidão, atraso, que não tem a técnica e os atrativos da cidade. Ao que se contrapõe Marques:

A divisão e oposição entre cidade e campo, indústria e agricultura, em suas formas modernas, correspondem à culminação do processo de divisão e especialização do trabalho que, com o capitalismo, foi desenvolvido a um grau extraordinário. MARQUES (2002, p. 103)

É lógico que os modos de vida podem ser diferentes, mas como estabelecer qual é o melhor? E sob quais argumentos e critérios? Ainda de acordo com o autor, essa imagem propagada do campo, associa-o ao passado, aos costumes humanos e naturais. Porém a cidade é identificada com o futuro, com a modernização e ao desenvolvimento. Foi interessante perceber que 10 alunos ao defenderem a Agricultura Familiar mencionaram a necessidade de preservar “costumes e tradições” das famílias produtoras: “por meio da agricultura familiar, as tradições e os costumes locais continuam”. (Informação Verbal⁴)

Essa fala deixa explícita a valorização que parte da sociedade atribui ao que está ligado ao campo, mas nem sempre isso se traduz no cotidiano social e nos hábitos de consumo de produtos agrícolas. O modo enviesado de analisar esse tipo de fenômeno se dá por diversos fatores, como segue:

O rural não é um resquício do passado, tampouco está estagnado frente ao urbano; ele é dinâmico. Essa dinamização não deve ser apreendida como um processo isolado, interno, mas a partir das relações que se estabelecem entre as variáveis endógenas (a organização da família) e exógenas (as interferências econômicas e políticas) em suas diferentes escalas – regional, nacional e internacional. (SANTOS; HESPANHOL, 2013, p. 84)

Se o jovem estudante urbano tem uma postura de indiferença para com o meio rural, se ele mesmo não se sente identificado com as realidades que acontecem por “lá”, logo essa atitude irá desencadear uma incapacidade de fazer a leitura correta com relação a exploração da mão de obra e conflitos no campo por exemplo. Ou até mesmo quanto a expropriação e usurpação do espaço do camponês.

Para Santos & Espanhol (2013) o aspecto rural está para além de um setor da economia, há de se destacar o aspecto territorial e espacial que o rural representa, para que a análise seja feita de forma mais ampla. Tartaruga & Schneider (2005) quando abordam a questão territorial

⁴ Discussão informal na aula síncrona do dia 28/05/2021

para entender e agir no mundo rural brasileiro, apontam a necessidade das ações da sociedade civil em conjunto com ações governamentais para que as relações de poder (território), sobretudo as “externas” não sejam determinantes e controladoras.

Às capacidades da sociedade civil devem ser acrescidas as capacidades e as atribuições dos governos locais em suas dimensões técnicas, administrativas e políticas, caso contrário, as imposições externas são incontroláveis. TARTARUGA; SCHNEIDER (2005, p. 8)

Nesse sentido a Escola ganha uma importância de grande proporção, por ser tanto uma esfera de atos governamentais quanto da sociedade civil como um todo. Aqui se faz necessário criar um ambiente escolar propício para o diálogo e para o levantamento das questões sociais que envolvem o campo brasileiro e o professor não pode se furtar desse direito.

Considerações Finais

Esta vivência didática, mesmo sendo experienciada no ambiente remoto não sofreu nenhum tipo de interferência e dificuldade, considerando que tanto o professor quanto os estudantes dispunham dos meios materiais necessários para a execução da atividade. Alguns estudantes ficaram sem responder a atividade, porém não foi possível identificar o motivo, embora em outros momentos isso ocorreu por conta da queda de conexão de internet, algo que é prejudicial no ensino remoto.

A ferramenta *Google Meet* tem se mostrado como um importante meio para dar aos estudantes as condições mínimas para a continuidade do aprendizado. Durante essa vivência a plataforma *Meet* teve seu novo *design* liberado, e a possibilidade de visualizar, ainda que em tamanho menor, os *slides* que são projetados na mesma tela em que aparecem os alunos, o *chat* e os comandos.

Por ter sido ministrada numa escola particular é necessário fazer ressalvas para o contexto de escola pública, onde o professor lidará com um público sujeito a relações sociais distintas e com faixas de renda estratificadas. Isso o desafiará a buscar meios tecnológicos, como o uso de *WhatsApp* e materiais impressos. Desse modo, certamente verá resultados distintos dessa experiência didática.

Professores que trabalham nas duas redes (pública e privada) concomitantemente devem vivenciar um misto de sentimentos, ao perceberem a disparidade para o aprendizado, a qual aumentam o abismo do acesso e permanência dos estudantes nas diversas instituições de ensino.

O direito de aprender precisa ser uma demanda social e a garantia de um direito constitucional que deveria ser garantido para todos indistintamente.

Referências:

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/geografia-no-ensino-fundamental-anos-finais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades> Acesso em: 12 jun. 2021.

CALLAI, H. C. A Geografia e a Escola: muda a geografia? Muda o ensino? *In: Terra Livre*, AGB, São Paulo, n.16, p. 133-152, I semestre, 2011.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O Desenvolvimento do Campo no Brasil. *In: Geografia Agrária: teoria e poder*. Org.: FERNANDES, Bernardo Mançano. (et al). Expressão Popular, 2007, 384p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, AGB: São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/download/160/148> Acesso em: 12 jun. 2021

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. *Revista Thema*, [S. l.], v. 18, n. ESPECIAL, p. 136-155, 2020. DOI: 10.15536/thema.V18.Especial.2020.136-155.1837. Disponível em: <http://periodicosnovo.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1837>. Acesso em: 28 jun. 2021.

MELO, T. S. Perspectivas para a abordagem da Geografia Agrária no Ensino Médio. *In: Revista Espaço Acadêmico*, n. 181, ano XVI, Jun/2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/30741> Acesso em: 13 jun. 2021

MIELITZ, Carlos. **Desenvolvimento agrícola e questão agrária**. São Paulo, Ed. Fund. Perseu Abramo, 168 p. 2013

SANTOS, E.V. M; HESPANHOL, R. A. M. As múltiplas Leituras do Espaço Rural. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.81-101, 2013. e-ISSN 2177-4307 Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1955>

SILVA, Alexsandro de Oliveira; BENEDICTIS, Nereida Maria Santos Mafra de. A Geografia Agrária no Ensino Médio: uma análise da abordagem teórica nos livros didáticos. **Revista de Iniciação à Docência**, v. 4, n. 1, 2019 –Publicação: janeiro, 2020 -ISSN 2525-4332
Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/6145> Acesso em: 12 jun. 2021

TARTARUGA, Iván G. Peyré; SCHNEIDER, Sergio. O Conceito de Território: possibilidades para entender e para agir sobre o mundo rural. **Anais Eletrônico**. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte: MG, ISSN: 2236-6636, 2005.
Disponível em:
http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=634&Itemid=171 Acesso em: 11 jun. 2021

TAVARES, F. G. O. **O ensino de Geografia Agrária na Escola Pública**: currículo e sala de aula. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2016. Disponível em:
<http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021104/tce-03052017-175700/?&lang=br> Acesso em: 11 jun. 2021